

## FORMAS labirínticas tecidas pelo fio de ARIADNe

### Formas laberínticas tejidas por el hilo de Ariadne

Danielle Ferreira Costa (UFRGS/IFMA)<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta análise crítica pretende dar visibilidade à narrativas engajadas politicamente em dar voz aos que acabaram por se afogarem no vórtice de violência provocado por um Estado autoritário: a ditadura civil-militar que se apoderou da República Argentina a partir de 24 de março de 1976. Nesse perspectiva, ganha destaque no corpus deste estudo: as narrativas *A casa de Adela* e *A Hospedaria*, ambas pertencentes ao livro *Las cosas que perdimos en el fuego* (2016), de Mariana Enriquez. Tais narrativas assemelham-se por assumirem um mesmo papel político de impedir que as tensões do presente, fruto desse passado traumático, dissolvam-se na banalidade da violência contemporânea. Portanto, serão abordadas por meio de uma reflexão crítica e apurada, na qual memória, corpo e linguagem se atravessam no tempo presente, revelando novas partículas que carregam a mesma intenção de produzir *kátharsis* da memória latino-americana dos “anos de chumbo”, tida como um dos nervos da identidade latina, discutida como um problema político latente que ainda pode ser (re)vivido. Para tanto, serão utilizadas as categorias do pensamento como de trauma, de Aleida Assmann, Paisagem, de Michel Collot, Memória, de Paul Ricoeur, de Lembrança, de Beatriz Sarlo, de Identidade em Política, de Walter Mignolo.

**Palavras-chave:** Literatura hispano-americana; Ditadura argentina; Memória; Identidade.

**Resumen:** Este análisis crítico tiene como objetivo dar visibilidad a las narrativas comprometidas políticamente en dar voz a quienes terminaron ahogados en el torbellino de violencia provocado por un Estado autoritario: la dictadura cívico-militar que se apoderó de la República Argentina del 24 de marzo de 1976. Desde esta perspectiva, se destacan en el corpus de este estudio las narrativas *La casa de Adela* y *La Posada*, ambas pertenecientes al libro *Las cosas que perdimos en el fuego* (2016), de Mariana Enriquez. Tales narrativas son similares en el sentido de que asumen el mismo papel político de evitar que las tensiones del presente, resultado de este pasado traumático, se disuelvan en la banalidad de la violencia contemporánea. Por tanto, serán abordados a través de una reflexión crítica y refinada, en la que se cruzan memoria, cuerpo y lenguaje en la actualidad, revelando nuevas partículas que portan la misma intención de producir *kátharsis* de la memoria latinoamericana de los “años del plomo”, tomado como uno de los nervios de la identidad latina, discutido como un problema político latente que aún puede (re) vivirse. Para ello se utilizarán las categorías de pensamiento como trauma, de Aleida Assmann, Paisaje, de Michel Collot, Memoria, de Paul Ricoeur, de Recuerdo, de Beatriz Sarlo, de Identidad en la política, de Walter Mignolo.

**Palabras clave:** Literatura hispanoamericana; Dictadura argentina; Memoria; Identidad.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS (2017-2021). Bolsista FAPEMA (2019-2021). Professora de Língua Portuguesa do IFMA. Pesquisadora do GEFLi - Grupo de Estudo e Pesquisa Fronteiras Literárias - IFMA. E-mail: [danielle.costa@ifma.edu.br](mailto:danielle.costa@ifma.edu.br)

"Mira, solo hay un medio  
para matar los monstruos:  
aceptarlos"  
(Júlio Cortázar, 1949)

Cada sociedade recorda seus traumas, temores e dores, ou, nas palavras de Aleida Assmann, suas memórias não heroicas e o seu *self* danificado, de modo distinto. Visto que “o trauma não é assimilável na estrutura identitária da pessoa, é um corpo estranho que estoura as categorias da lógica tradicional: ao mesmo tempo interna e externamente, presente e ausente” (ASSMANN, p. 279). Todavia, o trauma sendo a impossibilidade da narração, entender como determinada sociedade consegue representá-lo em uma dimensão coletiva e histórica revela muito de sua estrutura social, política e memorial.

Na sociedade Argentina pós-ditadura, um dos modos encontrados, vem do campo literário: são as narrativas da escritora Mariana Enriquez que dialogam com o gótico e o fantástico na mesma intensidade com que revelam o tecido social de seu passado recente: a ditadura civil-militar, que se apoderou da sua conjuntura social de 1976 a 1983. Dentre suas obras, destacam-se: *Los peligros de fumar en la cama*, indicado ao *International Booker Prize* 2021; *As coisas que perdemos no fogo*, o primeiro de seus livros a aportar no Brasil; e *Nuestra parte de noche*, vencedor do Prêmio Herralde 2019.

Destaque-se que Mariana Enriquez conseguiu se firmar como uma das principais escritoras contemporâneas em grande medida por transferir arquétipos do horror anglo-saxão para o contexto sociopolítico argentino. Exemplo disso, são as narrativas curtas que compõem o já mencionado: *As coisas que perdemos no fogo*, publicado em 2016. Visto que, nessa obra encontram-se narrativas permeadas por ruídos inexplicáveis que surgem de forma inesperada em espaços aparentemente normais, como uma pousada ou uma casa decrépita, mas que logo revelam-se ambientes de terror, suspense e aflição. Nesses espaços, transformados em cenários góticos tipicamente argentinos, um realismo fantástico traz à tona traumas que permeiam o imaginário dessa sociedade e revelam parte dos elementos que compõem seu tecido identitário.

Dessa maneira, em *As coisas que perdemos no fogo*, obra estruturada em doze contos, é possível identificar as diversas cicatrizes desse corpo-nação constituído por distintas camadas de violência, transmitidas por meio de um texto de terror, que evoca em diversos momentos uma escrita que fala pelo ruído. Assim, com uma escrita transgressora, as narrativas de Mariana Enriquez recriam esteticamente a paisagem de uma Argentina pós-ditatorial. Sua narrativa,

dialoga, dessa maneira, com as ideias do filósofo Jacques Rancière a respeito do que ele caracteriza, em ensaio intitulado: *As duas formas da palavra muda* (2009), como a escrita muda, que:

[...] num primeiro sentido, é a palavra que as coisas mudas carregam elas mesmas. É a potência de significação inscrita em seus corpos, e que resume o — tudo fala de Novalis, o poeta mineralogista. Tudo é rastro, vestígio ou fósil. Toda forma sensível, desde a pedra ou a concha, é falante. Cada uma traz consigo, inscritas em estrias e volutas, as marcas de sua história e os signos de sua destinação. (2009, p. 35)

Para Rancière, o artista navega pelos labirintos e/ou pelos subsolos do mundo social em busca dos rastros, vestígios ou fósseis de uma história que ainda precisa ser ouvida. Nesse sentido, as mensagens transmitidas, especificamente, nos contos *A Hospedaria* e *A casa de Adela*, revelam traumas profundos e ainda extremamente dolorosos da sociedade Argentina, dos quais os “filhos da ditadura” ainda conhecem pouco. Nesse sentido, essas breves narrativas ganham destaque ao conduzirem o leitor por labirintos narrativos que acabam por revelar rastros, alguns implícitos outros explícitos, de um Terrorismo de Estado, que logo que descobertos são gravados “irremediavelmente na memória, fazendo-[o] muitas vezes até sonhar com tais situações macabras” (BEGHINI, 2010).

Isso porque essa reminiscência gótica, como uma espécie de fio de Ariadne, permite ao leitor alcançar os tecidos narrativos que compõem as memórias traumáticas de um terrorismo de estado recente: a ditadura civil-militar que se apoderou da República Argentina a partir de 24 de março de 1976. Logo em seguida, em abril do mesmo ano, realizou-se uma reunião na sede do Comando Geral do Exército, na qual foram apresentadas as características do que as forças armadas definiram como doutrina de guerra, que consistiam em:

[...] eliminação física da chamada 'subversão apátrida' e uma orientação ideológica dentro dos princípios da 'defesa da tradição, da família e da propriedade'. A Doutrina também tinha como propósito implantar o terror generalizado na população para evitar que a guerrilha se 'movesse como um peixe na água'. São estes conceitos que fundamentaram a política de 'desaparecimentos' que desde antes, mas especialmente a partir do golpe militar de 1976, começa a executar-se de forma sistemática". (Extraído das declarações de Fernández ao Comitê Argentino pelos Direitos do Homem, em Madri, Espanha, em 1º de abril de 1983, p. 12 e 13 *apud* FRONTALINI, 1984, p. 32-33)

Ressalte-se que esse cenário de terror generalizado, que se tornou o *modus operandi* do Terrorismo de Estado que se apoderou da sociedade Argentina nesse período, imprimiu no

corpo-nação dessa sociedade um tipo de terror que ainda lateja e manifesta-se em suas narrativas. Dentre essas narrativas, uma das que melhor captura e reapresenta esteticamente esse cenário apavorante é o conto de horror “A Hospedaria”, no qual duas jovens vivenciam uma experiência traumática de um outro tempo, distante e, aparentemente, superado. Nesse conto, essas jovens experienciam de modo intenso uma memória transgeracional que, conforme Paul Ricoeur, “contribui para ampliar o círculo dos próximos, abrindo-o em direção a um passado que, ao mesmo tempo em que pertence àquele de nossos ancestrais ainda em vida, nos põe em comunicação com as experiências de uma outra geração que não a nossa” (RICOEUR, 2007, p. 405-406).

Dessa maneira, uma disputa eleitoral na Província de La Rioja, no norte-ocidental da Argentina, obriga a jovem Florencia, junto com mãe e irmã, a se refugiar na pequena cidade de Sanagasta. Será nessa pequena cidade, marcada por uma paisagem tecida por morros – que remetem a imagens de cataratas de sangue já seco e por um ar úmido repleto de vestígios, que enchem de forma sufocante a boca de nossa narradora –, que se acessa uma atmosfera de terror de um passado recente da sociedade Argentina.

Nessa paisagem, que assim como o Deserto de Atacama configura-se, de forma metafórica, como uma espécie de porta para outras atmosferas, o leitor é conduzido pelo fio revolucionário da jovem Florencia e da amiga Rocío a uma geração anterior que, ao lutar por direitos estudantis em um sistema extremamente opressor, fora violentamente reprimida. Todavia, os objetivos dessa geração, de Florencia e Rocío, distinguem-se da anterior, pois enquanto esta lutava pelo direito ao futuro, aquela, a geração dos filhos da ditadura, lutava pelo direito ao passado, como se perceberá ao longo desta narrativa crítica.

Seguindo o fio revolucionário dessas jovens estudantes, acessa-se outra paisagem que, apesar de pertencente a outro tempo, ainda inunda a paisagem do presente. Nesse contexto, esse portal temporal permite enxergar um Terrorismo de Estado engendrado por operativos de sequestro extremamente violentos. Operativos que aconteciam sempre através de procedimentos ostensivos das forças de segurança nacional, que raptavam as vítimas em seus locais de trabalho, em lugares públicos e à luz do dia, mas principalmente de suas próprias residências, no meio da noite. Nesse contexto:

Quando a vítima era procurada à noite em sua própria casa, comandos armados cercavam o quarteirão e entravam à força, aterrorizavam pais e crianças, com frequência amordaçando-os e obrigando-os a presenciar os

acontecimentos; apoderavam-se da pessoa procurada, que era brutalmente 'espancada', encapuzada e finalmente levada aos carros ou caminhões, enquanto que o resto do comando — a maioria das vezes — destruía ou roubava tudo quanto era transportável (COMISIÓN, 1986, p. 9).

Ressalte-se que esse terror, que inundara o solo argentino de sangue, persiste na paisagem de Sanagasta em seus morros, que mais parecem cataratas de sangue seco; em seus edifícios, como a única hospedaria da cidade que possui a forma de um quartel e na qual trabalhava o pai de Rocío; e em seu sistema repressivo, representado pela dona da Hospedaria, que busca esconder qualquer vestígio da paisagem de terror de outrora: “Elena tinha problemas de dinheiro e estava histérica, [...] aí [...] ficou sabendo que meu pai contava a história da escola de polícia, eles brigaram e ela o demitiu” (ENRIQUEZ, 2016, p. 44).

Assim, é significativo que Rocío queira fazer justiça por seu pai, impedido de lembrar e demitido por lembrar em suas narrativas aos turistas que a hospedaria fora um colégio da polícia na época da ditadura Argentina. Significativo é, também, o tipo de protesto escolhido para lutar pelo direito ao passado: “Invadir vários quartos, fazer furos nos colchões [...] enfiar um bife dentro de cada um e voltar a arrumar a cama. Em poucos meses, o cheiro de carne em decomposição seria insuportável e, com sorte, demorariam muito para encontrar a origem do fedor” (ENRIQUEZ, 2016, p. 47). Dessa maneira, restituiria ao espaço, que outrora fora um quartel, os elementos que lhe faltam para que pudesse ele mesmo revelar o que as palavras estavam proibidas de enunciar, e, assim, a paisagem de outrora seria refeituada na paisagem do presente.

Destaque-se que essa refeituação da paisagem de outrora nada mais é do que uma mudança no campo visual de nossas jovens revolucionárias, ampliando o horizonte da paisagem do presente, na qual repousava “uma copresença ou coexistência de perfis que [agora] se entrelaçam através do espaço e do tempo” (COLLOT, 2013, p. 24). Nesse horizonte ampliado, as duas gerações, a do futuro e a do passado, passam a coexistir no mesmo tempo e no mesmo espaço, submetidas de forma física, no caso da primeira geração, e psicológica, no caso da segunda, ao mesmo sistema repressivo de um Estado Autoritário. Assim, através do campo perceptivo com seus horizontes espaciais, Florencia e Rocío, na medida em que vão executando seu ato de protesto, passam a situar-se em “todas as outras paisagens que se estendem para além, e todas essas perspectivas formam, juntas, uma única onda temporal, um instante do mundo” (COLLOT, 2013, p. 25).

Um instante que, dado o horror psicológico ao qual são submetidas, ao adentrarem um dos cômodos da hospedaria, assumem, Florencia e Rocío, as figurações de Maria Cláudia Falconi e María Clara Ciocchini e o que vivenciam seria uma lembrança do que ocorrera em 16 de setembro de 1976, o que ficou conhecido como “A noite dos lápis”, uma noite de terror marcada por sequestros orquestrados com extrema violência. Entretanto, ao contrário do que planejara Rocío, será por meio dos ruídos, ou seja, da escrita silenciosa, e não dos odores, que a atmosfera do cômodo se inunda de terror. Visto que:

Entraram em um quarto que dava para a rua [...] Quando iam deitar na cama de casal recém-arrumada, porém, chegou de fora um ruído que as obrigou a se agacharem, assustadas. Foi repentino e impossível: o barulho do motor de um carro ou de uma caminhonete, a um volume tão alto que não podia ser real, tinha que ser uma gravação. E depois mais um motor, e então alguém começou a bater com algo metálico nas persianas e as duas se abraçaram na escuridão gritando, porque aos motores e às pancadas nas janelas se juntaram corridas de muitos pés ao redor da Hospedaria e gritos de homens; e os homens que corriam agora batiam em todas as janelas e as persianas iluminavam com os faróis do caminhão ou caminhonete ou carro o quarto onde elas estavam, por entre as frestas da persiana podiam ver os faróis, o carro estava subindo o jardim e os pés continuavam correndo e as mãos batendo e algo metálico também batia e havia gritos de homem, muitos gritos de homem; alguém dizia: “Vamos, vamos”, escutou-se um vidro quebrado e mais gritos. Florencia sentiu que se urinava, não pôde se conter, não pôde, e não conseguia mais gritar porque o medo não a deixava respirar. Os faróis do carro se apagaram e a porta do quarto se escancarou (ENRIQUEZ, 2016, p. 47).

Dessa maneira, todos esses ruídos, pertencentes a outro tempo, devolvem ao espaço a memória que a dona da hospedaria tentava interditar, silenciar. No entanto, tal interdição explode em um único instante, no qual Rocío e Florencia revivem o trauma da geração anterior, punida em decorrência de seu ato de contestação. Isso, leva-as a uma descarga enorme que causa considerável impacto físico-emocional: “As garotas tentaram se levantar, mas tremiam demais. Florencia achou que ia desmaiar. Escondeu o rosto no ombro de Rocío e a abraçou até machucá-la. Tinham entrado duas pessoas. Uma acendeu a luz, e as meninas puderam ver Elena, a dona da Hospedaria” (ENRIQUEZ, 2016, p. 47).

Tal episódio, por sua vez, leva o leitor crítico a problematizar o porquê de um ato de protesto, apesar de ser exercido em um momento de Estado Democrático, na Argentina, ainda contém o mesmo medo vivenciado por jovens que viveram em outro sistema, marcado pela ausência de um Estado Democrático de Direito, o da ditadura civil-militar de 1976 a 1983. Uma hipótese possível, que está assentada na própria natureza da literatura gótica, é que essa narrativa fictícia nos revela uma sociedade que possui uma identidade permeada por traumas deixados

pelo Terrorismo de Estado a que fora submetida, de forma mais sistemática, por cerca de oito anos.

Destarte, essa narrativa reflete traumas profundos de uma sociedade que outrora ousara contestar e fora violentamente reprimida. Violência que imprimiu na sociedade argentina um permanente e estarrecedor temor de que qualquer um, sem motivo nenhum, poderia cair nas garras de Terrorismo de Estado que definira “caça às bruxas” como o seu novo *modus operandi*. Nesse cenário, a sociedade tomada por esse medo estarrecedor, de forma consciente ou subconsciente, justificava todo esse horror com a expressão: “por algo deve ter sido”. Aqueles que ficavam se resignavam ao Estado Autoritário, murmurando tal expressão, “como desejando desse modo agradar aos terríveis e intocáveis deuses, olhando como pesteados aos filhos ou pais dos desaparecidos. Sentimentos – por sua vez – duvidosos, pois sabia-se de muitos que tinham sido engolidos por aquele abismo sem fundo sem serem culpados de nada” (COMISIÓN, 1986, p. 9).

Diante disso, as narrativas de Mariana Enríquez tornam-se uma chave de significação na busca de uma memória ainda turva em determinadas áreas da sociedade Argentina, acostumada a dissimular normalidade mesmo diante de situações extremamente violentas provocadas por um sistema ditatorial. O que aproxima essa narrativa das ideias de Walter Benjamin, para quem “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2017, p. 37).

Nessa perspectiva, conforme defende a teórica argentina Beatriz Sarlo, a lembrança volta a assumir um papel de destaque na retomada do passado, por meio da *guinada subjetiva*<sup>2</sup>, que é descrita como aquilo do que não se consegue escapar, assim como não se consegue não perceber um cheiro. Isso porque, conforme Sarlo, “a lembrança, assim como o cheiro, acomete até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa” (SARLO, 2007, p. 10).

---

<sup>2</sup> Conforme Beatriz Sarlo, “a atual tendência acadêmica e do mercado de bens simbólicos que se propõe a reconstruir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva [...]. Contemporânea do que se chamou nos anos 1970 e 1980 de “guinada linguística” ou muitas vezes acompanhando-a como sua sombra, impôs-se a *guinada subjetiva*” (SARLO, 2007, p. 18).

Nesse sentido, a ideia de lembrança de Beatriz Sarlo aproxima-se da ideia de memória de Walter Benjamin, o qual a entende como a mais épica de todas as capacidades sociais, e da ideia de Paul Ricoeur, para quem a memória é sempre mobilizada em benefício de uma demanda política-social, atrelada a uma reivindicação de identidade, que nem sempre coincide com a reivindicação de outra identidade. Dessa maneira, será no contato entre as memórias dos diversos narradores dessa sociedade transnacional que é possível encontrar, mais do que a sua incompletude, a consciência dessa incompletude. Ressalte-se, ainda, que essa chave, a lembrança, que não é controlável, apresenta-se sempre no presente, visto que é: “o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*” (SARLO, 2007, p. 10).

Assim, o tempo *próprio* da lembrança reverbera e tece a ideia de contemporaneidade, que assume um forte teor político na literatura de Mariana Enriquez. Isso porque a proposta da autora é revelar quais são os medos da sociedade argentina de hoje, construindo uma narrativa que ultrapassa a mera concepção de uma literatura de estilo gótico, situando-se entre este e uma função social. Para Enriquez, existe uma grande diferença entre: "encontrar ossos perdidos em uma abadia inglesa do século XVI [e] na Argentina de hoje. E é aí onde o relato se torna social, porque um relato de terror na Argentina não é somente um relato de gênero. Porque ainda há desaparecidos, e os ossos são um assunto político” (ENRIQUEZ, 2018, s/p).

Dessa maneira, o leitor é conduzido pelo fio de terror que o projeto de escritura de Mariana Enriquez tece, ao longo de suas narrativas, a respeito do trauma dos sequestros que imputaram na sociedade argentina a ideia de que não existiam mais lugares seguros, visto que sua casa poderia ser violada a qualquer momento, para um trauma ainda pior: o da apropriação dos filhos dos detidos-desaparecidos. Esse segundo trauma era uma consequência direta do primeiro, tendo em vista que nos casos em que os operativos de sequestro eram realizados em lugares onde também havia crianças, elas eram consideradas como objetos, dos quais os agentes do sistema repressivo poderiam se apropriar, assim como se apropriavam de outros utensílios que encontravam na casa de suas vítimas, ou do que levavam em seus corpos no momento dos sequestros<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “Os pais de Juliana, ambos militantes de Montoneros, foram sequestrados em janeiro de 1977. Juliana, então com três anos de idade, foi deixada com os avós maternos. No momento do sequestro, sua mãe estava grávida de cinco meses. Sua avó integrou Abuelas de Plaza de Mayo e desde muito jovem Juliana passou a colaborar com essa organização, movida pela busca de sua irmã nascida em cativo. No início de 2009, sua irmã, Bárbara García Recchia, nascida na maternidade clandestina de Campo de Mayo e apropriada por um ex-oficial de Inteligência do Exército, teve sua identidade restituída judicialmente.” (SANJURJO, 2013, p. 205).

No dia 13 de julho de 1976, entre 23 e 23hs30min., bateram fortemente à porta do meu domicílio. Nesse momento estava acabando de dar o peito a meu filho Simón. Forçaram a porta e entraram entre 10 e 15 pessoas vestidas em trajes civis, mas que se identificaram como integrantes do Exército Argentino e do Exército Uruguaio.... Encontraram material escrito que sugeriria que eu trabalhava pela causa da liberdade no Uruguai; então começaram a me torturar e a me interrogar. Quando me levavam de casa perguntei o que iria acontecer com o menino. Eles responderam que não devia me preocupar, que o menino iria ficar com eles, que essa guerra não era contra as crianças. Essa foi a última vez que vi Simón e que tive notícias dele. (Caso 7143. COMISIÓN, 1986, p. 20).

Diante desse novo trauma, destaca-se o conto *A Casa de Adela* como uma das narrativas contemporâneas que melhor executam a demanda de uma memória reprimida que lateja o tempo todo a sua incompletude. Isso porque a história de Adela, assim como a história de cerca de outras quinhentas crianças argentinas, é marcada por um mistério, o qual o leitor acessa por meio das lentes de uma de suas testemunhas mais próximas: a amiga com que compartilhava suas histórias de terror, ficcionais e reais. Essa narradora inicia seu relato descrevendo a natureza de sua relação e de seu irmão Pablo com Adela: “Ficamos amigos porque ela era uma princesa de subúrbio, mimada em seu enorme chalé inglês inserido em nosso bairro cinzento de Lanús, tão diferente que parecia um castelo e seus habitantes, os senhores, e nós, os servos em nossas casas quadradas de cimento” (ENRIQUEZ, 2016, p. 70).

Apresenta assim, a relação hierárquica estabelecida entre Adela, ela e seu irmão, a qual revela uma estrutura social mais profunda da sociedade argentina do final da década de 1970 e princípio de 1980, que se apresenta extremamente permeada pela relação discursiva da Modernidade/colonialidade. Haja vista que, nesse contexto ditatorial, as “histórias locais” eram violentamente silenciadas em prol de um pensamento neoliberal fundamentado pela mesma narrativa de “modernidade”, que a partir do princípio filosófico de René Descartes, *cogito ergo sum*<sup>4</sup>, estabelecia definitivamente a civilização ocidental, cujo centro outrora era a Europa.

Dessa forma, propõe-se tomar a ditadura cívico-militar argentina, assim como as demais que assolaram a América Latina a partir de 1960, como uma reafirmação dessa Modernidade que, desde a chegada dos espanhóis, celebra suas conquistas, ao mesmo tempo, em que põe em

---

<sup>4</sup>“ concepção particular do ‘sujeito moderno’, uma ideia do homem, [... que] se tornou o modelo para o humano e para a humanidade, e o ponto de referência para a classificação racial e o racismo global” (QUIJANO, 2000; Wynter, 2001 *apud* MIGNOLO, 2017, p. 12).

prática seu lado mais perverso, a “colonialidade”, definida por “inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados” (MIGNOLO, 2017, p. 02). Haja vista que o Terrorismo de Estado que se apoderou da Argentina, de 1976 a 1983, assim como o pensamento imperialista europeu, fizera a partir do século XVI, transformou uma argentina policêntrica e com inclinações socialistas em um país monocêntrico e capitalista.

Ressalte-se que, conforme o semiólogo argentino Walter Mignolo, na constituição da colonialidade a transformação de um mundo policêntrico em monocêntrico só foi possível porque a modernidade inovou na maneira de desenvolver dois âmbitos de sua sociedade: a economia e a epistemologia, estabelecendo para isso alguns nós histórico-estruturais que foram articulados por intermédio da diferença entre a experiência colonial e o pensamento imperial. O que o semiólogo argentino denomina de hierarquias eurocêntricas: racial/étnica global, na qual os europeus são privilegiados; gênero/sexo global, em que os homens e o patriarcado europeu assumem o lugar central; espiritual/religiosa, onde as espiritualidades cristãs foram institucionalizadas em um projeto global; estética, que, por meio de suas instituições, o pensamento europeu estabelece as normas do belo e do sublime; epistêmica, na qual o conhecimento e a cosmologia ocidentais foram institucionalizados no sistema universitário global; linguística, onde as línguas europeias são privilegiadas na comunicação e na produção do conhecimento teórico, relegando às línguas não europeias o papel de apenas produtoras de folclore ou cultura.

No entanto, contexto ditatorial, da segunda metade do século XX, tal transformação foi orientada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que deve ser entendida “como um corpo de ideias articuladas em torno de um sistema coerente que difundia uma dada forma de se pensar a política, a economia e a sociedade” (RODRIGUES, 2021, p. 373). Destaque-se que, a DSN foi uma doutrina que tinha como uma de suas “principais premissas a rejeição da ideia de divisão da sociedade em classes, pois, dentro dos seus princípios, era a consciência de pertencimento de uma comunidade nacional coesa [...], pressupondo o fim do pluralismo político” (RODRIGUES, 2021, p. 368).

Uma doutrina na qual a colonialidade do ser deu-se também através da internalização dessa ideia de comunidade impositivamente homogênea, em detrimento de uma sociedade democraticamente heterogênea. Premissa possibilitada e potencializada tanto pelos meios de comunicação massiva, quanto por um “sistema educacional colocado em maior ou menor grau

sob o controle do Estado” (RODRIGUES, 2021, p. 373), sob forte influência estadunidense. Por isso, narrativamente, o chalé inglês, com sua piscina, com água que, sob o sol da hora da sesta, parecia prateada, feita de papel de presente; bem como os brinquedos importados, trazidos por seu pai dos Estados Unidos; e o projetor, que Adela utilizava nas paredes brancas da sala de estar para ver filmes; representam o universo da Modernidade. Já o bairro cinzento, seus moradores, as casas quadradas e os televisores em preto e branco representam a face da colonialidade.

Nesse contexto, em que ocorre a valorização da lógica e do modo de conceber a organização social e política sob a perspectiva da civilização ocidental, em detrimento de sua lógica subjacente, das “histórias locais”, nos é revelada a verdadeira razão da amizade da jovem narradora e do irmão com Adela: “Mas, sobretudo, ficamos amigos dela, meu irmão e eu, porque Adela só tinha um braço. Ou talvez fosse mais exato dizer que lhe faltava um braço. O esquerdo.” (ENRIQUEZ, 2016, p. 71).

Entretanto, a ausência do braço esquerdo, que converte Adela no símbolo de uma sociedade argentina que amputara drasticamente do seu corpo-nação um membro que considerava defeituoso, transforma-a em um ser que não se encaixa no solo em que está assentada: “Muitos garotos tinham medo dela, ou asco. Riam dela, chamavam-na de monstrinha, aberração, bicho incompleto; diziam que iam vendê-la para um circo, que com certeza sua foto figurava nos livros de medicina” (ENRIQUEZ, 2016, p. 71). Ressalte-se que, Adela além de não se importar com tais apelidos maldosos, não fazia nem esforço para esconder a sua condição: de ser-corpo amputador. “Se via a repulsa nos olhos de alguém, era capaz de esfregar-lhe o cotoco na cara ou sentar-se muito perto e roçar o braço do outro com seu apêndice inútil, até que a pessoa estivesse humilhada e à beira das lágrimas” (ENRIQUEZ, 2016, p. 71).

Tal episódio, visto pelo viés da modernidade, transmite-nos a percepção de uma sociedade de bárbaros que, dado à sua maneira de conceber o mundo, estavam distantes no tempo e no espaço, e de Adela e seu núcleo de amigos e familiares, estes sim assentados em solo mais moderno, isto é, em seu lugar superior de observação: “Nossa mãe dizia que Adela possuía um caráter único, era valente e forte, um exemplo, uma doçura, como a criaram bem, que pais bons ela tem, insistia.” (ENRIQUEZ, 2016, p. 71).

Distante, no tempo e no espaço, daqueles que tentavam inquietá-la em sua existência, Adela divertia-se contando supostas mentiras aos dois amigos, dentre elas: a de que fora atacada por um cão que tinha ficado louco, do qual só conseguiu escapar depois de o pai atirar na cabeça

dele. Assim, passava seus dias com amigos, compartilhando relatos que eles não acreditavam: “Até que meu irmão e Adela descobriram os filmes de terror e tudo mudou para sempre.” (ENRIQUEZ, 2016, p. 72). Vale ressaltar que é por meio desses filmes de terror que essas jovens testemunhas tomam contato com a lógica da colonialidade, pela qual acessariam umas das facetas mais terríveis do Terrorismo de Estado, que apoderou da República Argentina até 1982:

[...] o fenômeno da apropriação como um plano sistemático que perseguiu o objetivo de socializar os “filhos da subversão” nos valores da ocidentalidade cristã pretendida pelo projeto da Junta Militar. Como afirma Díaz (2005), essa alteração produzida na filiação teria sido posta a serviço de proporcionar a essas crianças uma formação condizente aos ideais e valores morais e políticos do Processo de Reorganização Nacional, como foi autoproclamado o governo militar, em oposição aos valores que o mesmo procurou combater e desaparecer. (SANJURJO, 2013, p. 209).

Assim, à proporção que adentravam cada vez mais esse universo de terror, mais acessavam a realidade que até então lhes estava oculta na banalidade de suas vidas cotidianas, sendo que ao fim desse percurso acabariam por descobrir que a ausência do braço esquerdo de Adela não era, de fato, congênita, mas sim uma amputação não apenas física, mas também ideológica. Uma violência até então ocultada de Adela por seus *apropriadores* que lhe negam sua identidade: “Os pais de Adela diziam que havia nascido assim, que era um defeito congênito” (ENRIQUEZ, 2016, p. 70). Ressalte-se que Adela, ainda que aparentemente não se importe com a ausência do membro que lhe fora arrancado, não se exime de contestar a narrativa dos pais, deixando, nesse momento, emergir uma lembrança latente: “dizia que seus pais mentiam. Sobre o braço. Não nasci assim, contava” (ENRIQUEZ, 2016, p. 71).

Nesse sentido, o conto *A casa de Adela*, em seus fiapos narrativos iniciais, já denuncia que a ausência desse membro não é de ordem natural, como os apropriadores querem fazer parecer. Isso permite ao leitor crítico perceber alguns vestígios, rastros, de outra história. Visto que, a história de Adela pode estar atrelada a uma situação de extrema violência que imprime na sociedade argentina um novo trauma: a *apropriação*<sup>5</sup>, como espólios de guerra dos filhos de

---

<sup>5</sup>“ *Apropriado* é a categoria empregada para nomear esse grupo de crianças sequestradas durante a ditadura militar, enquanto *restituição* é o nome dado ao processo de identificação e recuperação da Verdade da origem biológica. Assim como os *detenidos-desaparecidos*, a *apropriação* emerge como categoria mobilizada pelos familiares das vítimas para denunciar o desaparecimento forçado de pessoas, neste caso, de crianças, os “desaparecidos com vida”. (SANJURJO, 2013, p. 201).

*detenidos-desaparecidos*, que tiveram suas famílias biológicas amputadas de suas vidas por questões políticas/ideológicas. Nesse prisma, vale destacar:

Da perspectiva dos familiares, a apropriação daria origem a um tipo de vínculo que se baseia no desaparecimento forçado e no assassinato dos pais biológicos, consumando outro desaparecimento: o apagamento da identidade dos filhos das vítimas. Desconhecendo que foram sequestrados e construindo uma história familiar a partir de uma identidade falsa, os apropriados seriam criados na ideologia do resgate messiânico – salvos de seus valores de origem e da vida desejada por seus progenitores, como afirma Kaufman (2006). Essas crianças foram retiradas de um grupo familiar para serem violentamente incluídas em outro. A apropriação operaria pelo princípio de rejeição da origem e identidade social dessas crianças. Segundo Giúdice (2005), submetendo-as a uma relação que renega o ocorrido, o terrorismo de Estado pretendeu consolidar o seu triunfo sobre os pais desaparecidos. (SANJURJO, 2013, p. 210).

Nesse sentido, o conto *A casa de Adela* aproxima-se da narrativa *Los reyes*, de Júlio Cortázar, no qual Minotauro, assim como Adela, está preso em um labirinto que o impede de encontrar sua verdadeira identidade. Minotauro e Adela vivem, assim, em uma realidade na qual seus raptos os transformam em monstros, como parte dos seus projetos de dominação civilizatória. A dominação desses corpos, presos em labirintos discursivos que os impedem de encontrar suas verdadeiras identidades, objetiva silenciar todo pensamento divergente e subversivo que eles representam, visto que só pelo fato de existirem já assumem uma postura epistemológica que contesta o projeto civilizatório cristão do qual, tanto os apropriadores de Adela, quanto *Minos*, rei de Creta, são seus principais agentes.

Entretanto, assim como o fio de Ariadne, primeira filha do casal real cretense, ajudou-lhe a encontrar seu irmão, Minotauro, libertando-o da prisão labiríntica na qual residia, as lembranças, as fotos e, principalmente, o sangue, são o grande motor da luta das avós da Praça de Maio na busca de “suas Adelas”. Ainda que cada uma das avós da Praça de Maio se lembre de sua “Adela” a partir de sua perda pessoal. Dentro dessa lógica, a casa de Adela e o labirinto de Minotauro exercem a mesma função: são memórias vivas de uma outra época, de outra realidade, ou de uma outra percepção da mesma realidade, escondida na banalidade da violência do presente, ou, ainda, da face da colonialidade que a modernidade tenta esconder.

Destarte, se à primeira vista a casa não demonstrava ter nada de especial, ao observá-la com um pouco mais de atenção “era possível notar detalhes inquietantes. As janelas estavam tapadas, completamente fechadas com tijolos. Para evitar que alguém entrasse ou algo saísse?

A porta, de ferro, era pintada de marrom escuro; parece sangue seco, disse Adela” (ENRIQUEZ, 2016, p. 72). Além disso, era preciso escutá-la, pois vozes de distintas épocas e de distintas realidades, naquele espaço, se uniam e formavam um único som, um ruído: “a casa zumbia, zumbia como um mosquito rouco, como um mosquito gordo. Vibrava” (ENRIQUEZ, 2016, p. 72). Era preciso, assim, adentrar o labirinto para encontrar o verdadeiro ser que o habitava, mas para isso era necessário acessar as memórias de um passado traumático recente que imprimira na sociedade argentina um grande terror: deparar-se com a sua verdadeira identidade.

Dessa maneira, tomada por esse sentimento, a amedrontada narradora confia ao seu leitor: “tive o ímpeto de fugir para minha casa, para minha mãe, de lhe dizer sim, tem razão, aquela casa é má e nela não se escondem ladrões, se escondem um bicho que treme, se esconde algo que não pode sair” (ENRIQUEZ, 2016, p. 73). Visto que, essa realidade que lateja na sociedade argentina, ou seja, o horror de repentinamente descobrir que se está vivendo uma vida que não é a própria, atormenta grande parte da geração dos filhos da ditadura, e que não se encerra logo após o resultado de DNA:

Victoria Montenegro, outro caso de apropriação que fora resolvido judicialmente em 2000, relataria o percurso judicial vivido por ela para a realização do exame de DNA. Segundo ela, sua negativa em conhecer a Verdade devia-se, em grande medida, à influência ideológica exercida por seu apropriador. Fora criada para acreditar que os desaparecidos eram um partido político, que as causas judiciais movidas contra repressores representavam uma perseguição às Forças Armadas e que os resultados de DNA eram uma grande falácia arquitetada pelo BNDG junto às “Abuelas subversivas.”<sup>6</sup> (SANJURJO, 2013, p. 205).

Diante disso – e como esta é uma história da qual não se pode escapar –, a casa assume a condição de espaço de memória, pois, através dela Adela e Pablo acessam determinadas memórias: “— A casa nos conta as histórias. Você não escuta? — Coitada — disse Pablo. — Não escuta a voz da casa. — Não importa — disse Adela. — Nós contamos a você. E me contavam” (ENRIQUEZ, 2016, p. 74-75). A memória que Adela e Pablo conseguem recuperar, ao se permitirem conhecer a história que estava escondida naquele espaço, e transmitir à nossa narradora, que se converte em testemunha solidária, os conduz à história dos *detenidos-desaparecidos*, que pode ser também a história dos pais biológicos de Adela.

---

<sup>6</sup> Depoimento de Hilda Victoria Montenegro, filha de desaparecidos, *apropriada* por um coronel do exército que teve participação direta no assassinato de seus pais. A sua identidade foi *restituída* em julho de 2000. Entrevista realizada por *Abuelas de Plaza de Mayo* em outubro de 2010. Disponível em: <[www.abuelas.org.ar](http://www.abuelas.org.ar)>.

Destarte, nesse espaço de memória, surge a seguinte revelação: “Lembro que caminhamos de mãos dadas sob aquela luminosidade que parecia elétrica, ainda que no teto, onde deveria haver lâmpadas, só houvesse fios velhos saindo dos buracos como ramos secos. Parecia a luz do sol” (ENRIQUEZ, 2016, p. 76). Adentram, assim, o mundo das memórias e deixam para trás o mundo do esquecimento, que naquele exato momento começava a ruir: “Do lado de fora era noite e ameaçava tempestade, uma poderosa chuva de verão. Ali dentro fazia frio e cheirava a desinfetante, e a luz era como de hospital” (ENRIQUEZ, 2016, p. 76).

Dessa maneira, nesse lugar de memória, que “Ao autorizar a junção de objetos de naturezas tão diferentes, [a expressão lugares de memória] permite, na explosão, a recomposição do nacional explodido” (RICOEUR, 2007, p. 421), as memórias vão sendo descortinadas a cada cômodo que, principalmente, Adela e, em graus distintos, seus amigos penetram:

O cômodo seguinte, a sala de estar, tinha poltronas sujas, cor de mostardas, acinzentadas pelo pó. Na parede havia prateleiras de vidro. Estavam muito limpas e cheias de pequenos adornos, tão pequenos que precisamos nos aproximar para vê-los. Lembro que nossos hálitos, juntos, embaçaram as prateleiras mais baixas, as que alcançávamos; chegavam até o teto. De início, eu não soube o que estava vendo. Eram objetos minúsculos, de um branco amarelado, com forma semicircular. Alguns eram arredondados; outros, mais pontiagudos. Não quis tocá-los.  
— São unhas — disse Pablo. (ENRIQUEZ, 2016, p. 77).

O que os jovens observadores revelam, ao adentrarem o labirinto das memórias sufocadas e solidificadas em um magma de esquecimento, é que as memórias dos horrores de um Estado Ditatorial, que se apropriou da vida de tantas crianças na Argentina, arrebatando suas identidades, necessitam de espaços de memória para emergir. Nesse sentido, a existência desses espaços por onde traumas profundos acessam a superfície do tecido social denunciando um silêncio a muito sufocado, contribuem significativamente para que a reivindicação das *Abuelas de Plaza de Mayo* (2007) seja alcançada. Visto que a luta dessas avós, que começou para recuperar seus netos perdidos, acabou convertendo-se em defesa de direito aos indivíduos que tiveram suas vidas apropriadas de saber quem são.

As *Abuelas de Plaza de Mayo* assumem, dessa maneira, o papel de defensoras da prerrogativa que deveria ser garantida pelo Estado: o direito à verdade. Conforme Estela de Carlotto, como toda a sociedade tem e deve ter acesso a esse direito: “Entendemos que os netos não são apenas das avós, eles são de todo o país. Eles estão desaparecidos vivos à espera de sua

liberdade<sup>7</sup>” (CARLOTTO, 2008, p. 130). E avançam, mesmo diante de novas práticas de interdição e silenciamento contra qualquer fumaça que tenta manter turva as memórias e a identidade de seus netos.

Dessa maneira, se a casa de Adela é o espaço de memória, a luta das avós da Praça de Maio é o zumbido que inunda esse espaço convocando as testemunhas solidárias: “Senti que o zumbido me ensurdecia e comecei a chorar. Abracei Pablo, mas não deixei de olhar. Na prateleira seguinte, mais acima, havia dentes. Molares com chumbos negros no centro, feito os de meu pai, que os tinha consertado” (ENRIQUEZ, 2016, p. 77-78). Assim, é nesse espaço de memória, guiadas pelos “zumbidos” das avós da Praça de Maio, que essas jovens testemunhas perceberiam, ao acessar essas memórias traumáticas, que elas se tornam cada vez mais parte da sua própria história: “incisivos como os que me importunavam quando comecei a usar aparelhos; dentões frontais como os de Roxana, a menina que sentava na minha frente no colégio” (ENRIQUEZ, 2016, p. 78). De posse de parte dessas memórias, outrora silenciadas, o mundo que conheciam começara a ruir, ainda que não pudessem acessá-las todas naquele momento, visto que somente em 2005 as Leis de Anistia foram revogadas.

Em maio de 2005, a Corte Suprema argentina anulou as leis de anistia, alegando a sua inconstitucionalidade. Tais leis – Ley de Obediencia Debida (1987) e Ley de Punto Final (1986) – foram aprovadas durante a presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989). Além disso, em 1989 o ex-presidente Carlos Menem havia concedido indulto aos oficiais condenados e, em 1990, estendera os indultos às principais autoridades militares que haviam sido condenadas no Juicio a las Juntas, em 1985. (SANJURJO, 2013, p. 205)

Nesse contexto, anterior a 2005, o acesso às memórias do Terrorismo de Estado, que se apoderou da República da Argentina, ocorria de forma fragmentada e turva: “Quando levantei a cabeça para olhar a terceira prateleira, apagou-se a luz” (ENRIQUEZ, 2016, p. 78). Entretanto, como tais leis nunca abarcaram os crimes relacionados à apropriação dos filhos de *detenidos-desaparecidos*, a luta das avós pela restituição de seus netos tornou-se, em muitos casos, a única lanterna capaz de lançar luz a memórias soterradas por um apagamento institucional<sup>8</sup>, ainda que

---

<sup>7</sup> “Y la sociedad en su conjunto tiene – y se debe – ese derecho. Entendemos que los nietos no lo son sólo de las Abuelas, son de todo el país. Son desaparecidos vivos que esperan su libertad” (CARLOTTO, 2008, p. 130).

<sup>8</sup> “Ao longo de mais de trinta anos, Abuelas desempenhariam papel central no processo de construção da apropriação como um delito de natureza aberrante e como um acontecimento político nacional, o que levou à recuperação de mais de cem crianças apropriadas, além do questionamento de diversas práticas institucionais e legais referentes ao tema da adoção.<sup>20</sup> Através de seu trabalho investigativo, a organização chegaria à estimativa aproximada de 500 crianças sequestradas durante a repressão ditatorial. Desaparecidas por razões políticas, em sua maioria, elas seriam apropriadas por membros das forças de repressão, por famílias vinculadas aos mesmos ou, na pior das hipóteses, pelos próprios assassinos de seus pais.” (SANJURJO, 2013, p. 209).

se soubesse que “A luz da lanterna iluminava coisas sem sentido, um livro de medicina, de folhas brilhantes, aberto no chão. Um espelho pendurado no alto, perto do teto, quem podia se refletir ali? Uma pilha de roupa branca.” (ENRIQUEZ, 2016, p. 78).

No entanto, mais do que iluminar memórias institucionalmente apagadas, *as Abuelas de Plaza de Mayo* concentraram sua luta na consolidação de uma identidade em política, deslocando o trauma das apropriações das crianças do âmbito estritamente familiar para o âmbito público e social. Dessa maneira, “além de redefinir a história das famílias afetadas e instituir novas modalidades de ação histórica, esses eventos levaram à ressignificação de diversas categorias (identidade, verdade, natureza, pureza, honra), bem como dos sentidos atribuídos ao martírio e à vida heróica” (SANJURJO, 2013, p. 207).

Isso porque, as avós da Praça de Maio defendem que as crianças apropriadas têm suas identidades definidas pelo projeto político de seus pais biológicos, que é anterior ao projeto ideológico de seus apropriadores. O que é evidenciado no filme-documentário, dirigido por Estela Bravo: *¿Quién Soy Yo? Los Niños Encontrados de Argentina*, de 2007. Nessa narrativa documental, a ex *detenida* e sobrevivente da ESMA Ana Testa esclarece que: “No caso da perda de qualquer um de nós, a criança deveria ser criada por outro parceiro para que aquele menino crescesse dentro da moral revolucionária, com a moral revolucionária, e na família revolucionária” (BRAVO, 2007).

A partir dessas constatações e ações empreendidas, principalmente, pelas *Abuelas de Plaza de Mayo*, o episódio da apropriação dos os filhos dos *detenidos-desaparecidos* viu-se atravessado por outras instituições, além da família e das agências humanitárias transnacionais. Visto que, agregaram-se a estas as esferas do: “Estado (que empreendeu ações para viabilizar a restituição das crianças sequestradas), Justiça (por meio da formulação de uma legislação específica) e científica (através do desenvolvimento de técnicas que permitissem comprovar a filiação biológica)” (SANJURJO, 2013, p. 207).

Dessa maneira, a luta das *Abuelas de Plaza de Mayo*, consegue não apenas inserir o Estado na resolução do problema, mas também devolver às vítimas – as crianças apropriadas – o protagonismo da luta, visto que só as suas existências já denunciavam um projeto político que fora violentamente reprimido por um Terrorismo de Estado. Sua existência, por si só, já é uma postura de resistência, permeada pelo dilema entre a tomada de consciência do papel social que a história da sua existência representa na luta contra os horrores de uma Modernidade que se quer única e os laços afetivos e ideológicos que lhe foram impostos desde

sua apropriação<sup>9</sup>. Entretanto, qualquer reparação histórica não poderá ser feita até que os filhos dos *detenidos-desaparecidos* sejam devolvidos às suas verdadeiras identidades políticas<sup>10</sup>. Como acontece com Adela:

Era a voz dela, muito baixa, muito próxima, estava atrás de nós. Recuarmos. Pablo iluminou o lugar de onde vinha a voz e, então, a vimos. Adela não tinha saído da sala das prateleiras. Saudou-nos com a mão direita, parada junto a uma porta. Depois girou o corpo, abriu a porta ao seu lado e a fechou atrás de si. Meu irmão correu, mas, quando chegou à porta, não conseguiu abri-la. Estava trancada com chave. (ENRIQUEZ, 2016, p. 78).

Nesse momento, a casa parou de zumbir, pois Adela havia finalmente reencontrado a família biológica, da qual havia sido separada ao ser apropriada. Adela deixou, assim, de existir em uma realidade, que oprimia a sua verdadeira história, ser uma filha de *detenidos-desaparecidos*, para poder passar a existir em outra, que ansiava por seu retorno. Atende ao chamado de sua verdadeira identidade, a que lhe fora arrebatada no momento em que se tornara uma apropriada, e que agora estava lhe sendo restituída. Assim, na perspectiva da modernidade, ou seja, na realidade de seus apropriadores: "Nunca a encontraram. Nem viva nem morta. Pediram-nos a descrição do interior da casa. Contamos. Repetimos" (ENRIQUEZ, 2016, p. 78).

Nessa perspectiva, estão aqueles incapazes de enxergar a perspectiva das vítimas, sujeitados a um sistema civilizatório que produziu um verdadeiro genocídio em um solo já tão marcado pelo sangue de gerações anteriores, e que, por isso, tomam as narrativas das testemunhas como fantasiosas: "Minha mãe me deu um tabefe quando falei das prateleiras e da luz. 'A casa está cheia de escombros, sua mentirosa!', gritou. A mãe de Adela chorava e

---

<sup>9</sup> Juliana, filha de desaparecidos, irmã de uma jovem apropriada e atualmente uma ativista de Abuelas, recordaria de suas conversações com Pablo Casariego Tato, um dos netos apropriados que atravessou grandes conflitos antes de se submeter ao exame de DNA. Conforme coloca Juliana, o caso de Pablo era bastante comovente pelo fato de ter sido apropriado por um médico Major do Exército que atuou diretamente no Hospital Militar de Campo de Mayo, local onde funcionou uma maternidade clandestina durante a ditadura.<sup>12</sup> O dilema vivido por Pablo traduzia-se na questão de que conhecer a sua Verdade implicava imediatamente em reconhecer que aquele quem acreditava ser seu pai era na realidade responsável pelo assassinato de seus pais biológicos, por um lado, e pela apropriação de diversos outros filhos de desaparecidos, por outro. (SANJURJO, 2013, p.205).

<sup>10</sup> "De forma crescente, a prova da Verdade recairia definitivamente no sangue. A verdade sobre as apropriações seria comprovada cientificamente através do exame dessa substância biológica. O sangue garantiria a restituição da identidade do indivíduo, permitindo situá-lo na sua história familiar e social. O dado genético representaria, então, o rastro de um crime que não pode ser apagado; é aquilo que o corpo conserva de uma história que se quis desaparecer, mas que persiste no DNA e nas vozes dos familiares que militam pela memória. O sangue se converte, assim, em uma forma de tradição e herança que, embora entendida como histórica e política, encontra-se fortemente associada ao domínio da natureza e suas representações." (SANJURJO, 2013, p. 214).

pedia 'por favor, onde está Adela, onde está Adela'" (ENRIQUEZ, 2016, p. 78). Ao que as testemunhas solidárias, capazes de suportar a terrível narrativa de Estado Autoritário que vitimara cerca de quinhentas crianças argentinas, repetiam insistentemente: "Na casa, respondemos. Abriu uma porta, entrou num quarto e deve estar lá ainda" (ENRIQUEZ, 2016, p. 78).

Todavia, o discurso da modernidade tem suas próprias narrativas, as quais buscam, a todo o momento, se sobrepor às narrativas que tomam como periféricas ou fantasiosas, o que fica evidente no discurso dos policiais que afirmavam com veemência não restar nenhuma porta do lado de dentro da casa. Assim, como porta-vozes de um discurso que se impõe como única verdade, repetiam: "Nem nada que pudesse ser considerado um quarto. A casa era uma casca, diziam. Todas as paredes internas tinham sido demolidas. Lembro que os escutei dizerem "máscara", não "casca". A casa é uma máscara, escutei". (ENRIQUEZ, 2016, p. 78-79).

Nesse cenário, ganham destaque, como formas de resistência, a lógica opressora da Modernidade e o papel de dois tipos de testemunhas solidárias: a que assume condição fronteiriça, por situar-se na fronteira da relação discursiva modernidade/colonialidade e propagar a narrativa silenciada (este é o papel de nossa jovem narradora); e aquela que, mesmo sendo inicialmente pertencente à lógica da Modernidade, ao tomar contato com os horrores engendrados por esse discurso de poder, promove uma desobediência epistemológica, situando-se no lócus enunciativo que tenta dar voz às vítimas da colonialidade.

Ademais, deve-se asseverar que ambas as testemunhas são importantes nesse processo de desconstrução da lógica civilizatória cristã, que apresenta na apropriação de mais de quinhentas crianças argentinas uma de suas faces mais terríveis, visto que essas testemunhas são capazes de ouvir a narrativa de horror até o fim, embora assumam posturas distintas diante dela: "Sei o que Pablo pensou: buscar as ferramentas que tinha deixado lá fora, na mochila, para abrir a porta que levara Adela. Eu não queria tirá-la dali: só queria sair e o segui, correndo." (ENRIQUEZ, 2016, p. 78). Depois disso, Pablo passa a ser atormentado pela paisagem argentina que também se modificara para ele, visto que seu trauma está impresso em diversos de seus edifícios, outrora centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio:

No chão, pintaram com spray o nome de Adela. Nas paredes externas também. Onde está Adela?, diz uma pixação. Outra, menor, escrita com vigor, repete o modelo de uma lenda urbana: é preciso dizer Adela três vezes à meia-noite,

diante do espelho, com uma vela na mão, e então veremos refletido o que ela viu, quem a levou. Meu irmão, que também visitava a casa, leu essas indicações e fez o velho ritual uma noite. Não viu nada. Quebrou o espelho do banheiro com os punhos, e precisamos levá-lo ao hospital para que o costurassem. (ENRIQUEZ, 2016, p. 85).

Para a lógica da modernidade, Pablo ficara louco, mas, dentro de uma postura de descolonizar o pensamento, realiza uma desobediência epistêmica, ao recusar-se continuar vivendo em uma lógica que convertera sua amiga Adela em monstro. Assim, como um ato de resistência, como seu último ato, preserva apenas sua parte que não pertencia a essa lógica repressora: “aquele braço esquerdo no meio dos trilhos, tão separado do corpo e do trem” (ENRIQUEZ, 2016, p. 69). E destrói todo o resto: “até só restarem dele aquelas costelas expostas, aquele crânio destroçado [...] que não parecia produto do acidente – do suicídio, continuo chamando de acidente o seu suicídio” (ENRIQUEZ, 2016, p. 69).

Entretanto, a Modernidade continua a reverberar a sua lógica, que volta a aparecer na narrativa da ressignificação da cena de terror, na qual fora encontrado o irmão: “parecia que alguém o levava até o meio dos trilhos para exibi-lo, como uma saudação, uma mensagem” (ENRIQUEZ, 2016, p. 69). Além disso, marca determinadas posturas assumidas por alguns setores da sociedade argentina diante do trauma da apropriação de crianças durante seu período ditatorial. Visto que preferem reprimir por acreditarem que a restituição dessas crianças acaba por reabrir feridas dolorosas demais: “O chalé de Adela foi vendido e dividido em apartamentos. No jardim, foi construído um galpão. Melhor assim, acho. O Galpão ocupa as sombras.” (ENRIQUEZ, 2016, p. 76).

Tal postura, fruto ainda de uma política institucional do Estado Autoritário que propaga, de forma dissimulada, o esquecimento como o único caminho possível para a reconciliação nacional, age de maneira a adiar o encontro da sociedade com suas memórias mais traumáticas. Assim, acaba intencionalmente prejudicando o processo de reparação histórica, essencial para uma verdadeira reconciliação: “Não me animo a entrar. Há uma inscrição rabiscada em cima da porta que me mantém de fora. Aqui vive Adela, cuidado!, diz. [...] eu sei que tem razão. Que essa é a casa dela. E ainda não estou preparada para visitá-la. (ENRIQUEZ, 2016, p. 81).

No entanto, mesmo que ainda continue refém dessa lógica de dominação colonial, a narradora, assim como parte da sociedade argentina, resiste por meio da rememoração, visto que a força da lembrança de Adela impõe-se todos os dias, pois, mesmo que lhe escape durante o dia, à noite volta: “Os sonhos com Adela são todos diferentes, mas nunca falta a chuva nem

faltamos meu irmão e eu, os dois parados diante da casa abandonada, com capas amarelas, observando os policiais no jardim que falam em voz baixa com nossos pais” (ENRIQUEZ, 2016, p. 66).

Ressalte-se que, com o trabalho de reminiscência dessa testemunha solidária, mas do que conhecer o mistério que envolve a história de Adela, consegue-se acessar as duas lógicas discursivas que, não só, disputavam espaço na sociedade argentina em seu período ditatorial, mas também, como a matriz colonial de poder continua seu projeto de dominação agora disfarçado de projeto neoliberal. Dessa maneira, a jovem narradora faz ver como a lógica da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) impusera-se sobre todas as outras lógicas, em sua vontade de ser única, engendrando para isso desde um Terrorismo de Estado capaz de dar continuidade ao projeto de apagamento de identidades que reverbera nesse solo latino desde a chegada de seus primeiros colonizadores.

Além disso, essas diversas posturas, que ora reverberam a lógica da Modernidade, ora as formas de resistência contra todo o terror que essa lógica produz, revelam a força que o trauma das apropriações dos filhos dos *detenidos-desaparecidos* exerce na sociedade argentina. Visto que é um trauma que a penetra de diversos modos, em suas narrativas, em seus edifícios, em sua identidade, em sua política. Assim, nesse cenário, no qual um Terrorismo de Estado reafetua, na segunda metade do século XX, em vários aspectos, o processo de colonização engendrado pelos espanhóis nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, para que uma verdadeira reconciliação aconteça não apenas entre os concidadãos, mas principalmente entre eles e seu território, é necessário que a sociedade argentina assuma uma identidade em política. Visto que esta, conforme o semiólogo Walter Mignolo: “é a única maneira de pensar descolonialmente [...]. Todas as outras formas de pensar [...] e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades. (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Assim diante de uma geração que resiste a um possível aprisionamento em um labirinto de desmemória, apenas a recuperação das suas histórias locais, ou seja de seus traumas, é capaz de conduzi-la a uma saída genuína. Uma saída que devolva aos filhos da ditadura os seus braços esquerdos, drasticamente amputados, permitindo, dessa maneira, que possam recuperar sua identidade, outrora considerada o membro defeituoso do corpo-nação argentino. Uma saída que os transformem em seres que possuem um solo, uma cultura, uma identidade, e que só será possível quando essa sociedade romper o silêncio e o sigilo instalados por um mundo adulto

dividido entre vítimas e perpetradores, cada um desempenhando algum papel na história do sangue. Uma saída que os aceite como seres fraturados, mas principalmente, humanos, visto que, como já declarara Júlio Cortázar “solo hay un medio para matar los monstruos: aceptarlos”.

## REFERÊNCIAS:

**¿QUIEN SOY YO? Los Niños Encontrados de Argentina.** Direção: Estela Bravo. Produção de Ernesto Bravo, Susan Sillins. EUA/Argentina: Bravo Films, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Tradução de Max Welcman. 1a ed. eBook. Editora Hedra Ltda., 2017.

BEGHINI, M. (30 de Março de 2010). **A Literatura de Terror e a Comunicação.** Disponível em the boy with the blues: <http://theboywith-theblues.blogspot.com/2010/03/literatura-de-terror-e-comunicacao.html>. Acesso em 22 de março de 2021.

CARLOTTO, Estela Barnes de. 2008. “Epílogo”. In: **Abuelas de Plaza de Mayo, Las Abuelas y la Genética: El Aporte de la Ciencia en la Búsqueda de Los chicos desaparecidos.** Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo. pp. 19-131.

COLLOT, Michel. **Poética e Filosofia da Paisagem.** Tradução de Ida Alves [et al.]. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. Nunca más. 14 ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1986. 492p.

ENRIQUEZ, Mariana. **Las cosas que perdimos en el fuego.** Barcelona: Anagrama, 2016. *E-Book*.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 32, nº 94 junho/2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 26/03/2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade,** nº 34, p. 287-324, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético.** Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Bruna Borges. Educação em tempos de Segurança Nacional: o Cone Sul em perspectiva comparada. In.: GALLO, Carlos Artur. **Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 368-391.

SANJURJO, Liliana. La Sangre no Miente: Memória, identidade e verdade na Argentina pós-ditatorial. **Revista de Antropologia da UFSCar,** v.5, n.2, jul.-dez., p.200-224, 2013. Disponível em [http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no2\\_14.lilianaSanjurjo.pdf](http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no2_14.lilianaSanjurjo.pdf). Acesso em 15/09/2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.